



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO - SEAD
1ª NOTIFICAÇÃO E 1ª RETIFICAÇÃO Nº 0000484/2026

1ª NOTIFICAÇÃO E 1ª RETIFICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 127/2026 -
COMPRASGOV N.º 90127/2026

OBJETO: Registro de preços para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de desinfecção, dedetização e desratização, com a finalidade de eliminar insetos, cupins, baratas, formigas, lagartas, pulgas e roedores, abrangendo todas as unidades administrativas vinculadas à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

A **Divisão de Pregão – DIPREG** comunica aos interessados que o processo licitatório acima mencionado, com o Aviso de Licitação publicado no Diário Oficial do Estado, nº 14.242 e Jornal OPINIÃO, ambos do dia 08/04/2026 e Aviso de Suspensão publicado no Diário Oficial do Estado, nº 14.253 e Jornal OPINIÃO, ambos do dia 24/04/2026 e ainda nos sítios: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, <http://www.licitacao.ac.gov.br>, <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e <https://licitacoes.tceac.tc.br/portaldaslicitacoes>, com o fim de cumprir princípios intrínsecos como transparência e legalidade, **NOTIFICA** e **RETIFICA**, conforme abaixo:

0.1. **NOTIFICAÇÃO:**

0.1.1. **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO/IMPUGNAÇÃO**

EMPRESA “A” (RESUMO):

Ao analisar o referido Edital, a peticionária J PEREIRA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, observou que o edital deixou de constar em seu bojo, os responsáveis técnicos profissionais competentes, a exemplo: CRBIO.

(...)

No presente caso essa garantia deve acontecer por meio da exigência de:

- a) Registro ou inscrição da empresa na entidade competente, que em se tratando de serviços de "Manutenção de Áreas Verdes" a entidade competente é o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA;
- b) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, por meio de Atestado de Capacidade Técnica.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO - SEAD
1ª NOTIFICAÇÃO E 1ª RETIFICAÇÃO Nº 0000484/2026

c) Conselhos Regionais de Biologia (CRBios) o Sistema CFBio/CRBios. Os Conselhos Federal e Regionais de Biologia têm como objetivo normatizar, orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Biólogo, bem como exercer outras atividades relacionadas no âmbito de suas respectivas atribuições.

Analizando todos os serviços descritos pelo pregoeiro, constata-se a necessidade de intervenção de responsável técnico com função de competência específica à formação dos mesmos, consoante a Resolução nº 622/2022 – ANVISA.

EMPRESA “B” (RESUMO):

O Edital ora impugnado incorre em grave omissão ao não exigir, de forma expressa e como condição de habilitação, a apresentação da Licença de Operação expedida pelo Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC, nos termos da Lei Estadual nº 1.117/94.

(...)

O Termo de Referência também padece de vício grave ao não exigir expressamente o cumprimento das normas sanitárias federais aplicáveis às atividades de controle de vetores e pragas urbanas.

Nos termos da regulamentação da ANVISA, especialmente a RDC nº 52/2009 (controle de vetores) e RDC nº 622/2022, é obrigatório que empresas que executem tais serviços possuam responsável técnico habilitado, utilizem produtos devidamente registrados, mantenham controle rigoroso de aplicação, armazenamento e descarte e atendam às normas de biossegurança.

(...)

Embora o Termo de Referência apresente metragem global e locais de execução, ele não detalha elementos essenciais para a correta formação de preços e execução contratual.

Exemplo disso consta da tabela de áreas, todavia, o TR não especifica o grau de infestação esperado, o tipo de praga predominante por unidade, metodologia exigida (gel, pulverização, termonebulização, etc.), tipo de insumo a ser utilizado e a periodicidade técnica adequada (limitando-se a 3 aplicações anuais, sem justificativa técnica).

Outro vício relevante consiste na ausência de exigência expressa de Alvará Sanitário expedido pela Vigilância Sanitária de Rio Branco/AC.

(...)

O edital não estabelece critérios objetivos mínimos de qualificação técnica, o que fragiliza a seleção da proposta mais vantajosa.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO - SEAD
1ª NOTIFICAÇÃO E 1ª RETIFICAÇÃO Nº 0000484/2026

A ausência de exigência de quantitativo mínimo executado permite a habilitação de empresas sem capacidade operacional compatível.

Diante disso, é imprescindível exigir a comprovação de execução mínima de 30% a 50% do objeto, a apresentação de atestados acompanhados de notas fiscais e o detalhamento técnico da execução anterior.

0.1.1.1. RESPOSTA DO ÓRGÃO DEMANDANTE (SEJUSP)

III – DA ANÁLISE

Após análise conjunta do Edital, do Estudo Técnico Preliminar – ETP (SEI nº 0019183412) e do Termo de Referência – TR , verifica-se que as alegações não merecem prosperar, uma vez que os pontos levantados já se encontram devidamente contemplados nos instrumentos que regem a contratação.

1. DAS EXIGÊNCIAS SANITÁRIAS E NORMAS DA ANVISA

A alegação não procede.

O ETP estabelece expressamente que a execução dos serviços deverá observar: utilização de produtos devidamente registrados na ANVISA; atendimento às normas técnicas e regulamentações sanitárias vigentes.

De igual forma, o Termo de Referência reforça que: os serviços deverão ser executados conforme a legislação sanitária aplicável; os produtos utilizados devem possuir registro nos órgãos competentes; devem ser observados os protocolos de segurança e controle de aplicação. Dessa forma, não há omissão, mas sim previsão expressa e suficiente.

2. DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL E ALVARÁ SANITÁRIO

A alegação não procede.

O ETP já prevê como requisito:

- licenciamento junto aos órgãos competentes, incluindo vigilância sanitária e órgão ambiental.

O Termo de Referência, por sua vez, complementa ao exigir que a contratada:

- atue em conformidade com a legislação ambiental e sanitária;
- possua regularidade junto aos órgãos de fiscalização.

Importante destacar que a Administração não está obrigada a indicar órgão específico (ex: IMAC) , sendo suficiente exigir a regularidade legal, sob pena de restringir indevidamente a competitividade, conforme a Lei nº 14.133/2021.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO - SEAD
1ª NOTIFICAÇÃO E 1ª RETIFICAÇÃO Nº 0000484/2026

3. DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

A alegação não procede.

O ETP e o TR exigem:

- equipe qualificada;
- profissionais capacitados;
- atendimento às normas técnicas aplicáveis ao serviço.

Tais exigências abrangem implicitamente a necessidade de responsabilidade técnica, conforme a regulamentação de cada atividade.

A imposição de vínculo com conselho específico sem previsão legal expressa pode caracterizar restrição indevida à competitividade, razão pela qual a Administração adotou critério mais amplo e adequado.

4. DO DETALHAMENTO DO OBJETO

A alegação não procede.

O objeto encontra-se devidamente detalhado no ETP e no TR, contendo:

- definição dos serviços (dedetização, desratização e desinfecção);
- tipos de pragas a serem combatidas;
- área estimada de atendimento;
- diretrizes técnicas de execução;
- frequência dos serviços;
- medidas de segurança, saúde e sustentabilidade;
- exigência de detalhamento técnico por parte da contratada.

O nível de detalhamento é compatível com a natureza do objeto e suficiente para a formulação das propostas, conforme exige a Lei nº 14.133/2021.

5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A alegação não procede.

O edital, com base no ETP e no TR, já contempla:

- exigência de aptidão técnica;
- capacidade operacional;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO - SEAD
1ª NOTIFICAÇÃO E 1ª RETIFICAÇÃO Nº 0000484/2026

- equipe qualificada;
- comprovação de experiência compatível com o objeto.

A exigência de percentuais fixos mínimos (30% a 50%), conforme sugerido pelas impugnantes, não é obrigatória e pode, inclusive, restringir a competitividade.

6. DA SUPOSTA ILEGALIDADE E RISCO À ADMINISTRAÇÃO

Não se verifica qualquer ilegalidade no edital. Ao contrário, a contratação foi estruturada com base em:

- Estudo Técnico Preliminar devidamente fundamentado;
- Termo de Referência completo;
- observância aos princípios da Lei nº 14.133/2021, especialmente legalidade, planejamento, eficiência e competitividade.

IV – DA DECISÃO

Diante do exposto, CONHEÇO das impugnações apresentadas e, no mérito, DECIDO PELO INDEFERIMENTO, tendo em vista que:

- as exigências apontadas já estão previstas no ETP e no Termo de Referência, que conforme Edital no Item 11.3.4 deve ser consultado.
- não há omissão ou ilegalidade no edital;
- o instrumento convocatório atende plenamente à legislação vigente.

Respondido por:

Edney Matos de Lima

Matrícula: 9118624-7

Chefe da Divisão de Logística e Almoxarifado - DIVLA

0.2. **RETIFICAÇÃO:**

0.2.1. **No preâmbulo do edital, a data e hora da abertura da licitação, passará a conter a seguinte redação:**

Data e hora da abertura da licitação: **21/05/2026 às 9h15min (Horário de Brasília).**

Período de Retirada: **07/05/2026 à data de abertura.**



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO - SEAD
1ª NOTIFICAÇÃO E 1ª RETIFICAÇÃO Nº 0000484/2026

0.2.2. **As demais informações constantes do Edital e seus Anexos continuam inalteradas.**

Rio Branco - AC, 06 de maio de 2026.

Greice Quele da Silva Braga
Pregoeira da Divisão de Pregão - DIPREG
Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC



Documento assinado eletronicamente por **GREICE QUELE DA SILVA BRAGA**, em 06/05/2026, às 09:00, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://compras.ac.gov.br/validador/documento>, informando o código verificador **CPABD223 12CE493D 35A00557 E81A84DE** e código CRC **44948F**